

RURALIDADE E POBREZA NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS: UM OLHAR ATRAVÉS DA TEORIA DAS CAPACITAÇÕES¹

RURALITY AND POVERTY AT RIO GRANDE DO SUL (BRAZIL) STATE: A VIEW THROUGH THE CAPABILITY APPROACH

Daniela Dias Kühn

Universidade Federal de Santa Maria – Santa Maria – RS – Brasil

Paulo Dabdab Waquil

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre – RS – Brasil

Resumo: O Rio Grande do Sul ainda está entre os estados brasileiros que apresentam bons indicadores em relação a estudos de qualidade de vida, desenvolvidos por diversos institutos. Entretanto, é possível verificar, ainda, a existência de situações de carência em relação ao atendimento de algumas necessidades que acabam, por fim, caracterizando situações de pobreza no estado gaúcho. Sendo um estado bastante associado à atividade agrícola, que se desenvolve em ambientes predominantemente rurais, está em evidência uma discussão em relação às características da pobreza rural. Baseado em uma concepção conhecida como Abordagem das Capacitações, desenvolvida por Amartya Sen, o objetivo deste trabalho é identificar aspectos sócio-estruturais capazes de configurar as situações de carência, buscando a caracterização da pobreza rural gaúcha. No trabalho, as situações que envolvem as carências estão associadas às possibilidades de acesso a oportunidades municipais (intitulentos). Apresenta-se aqui uma sugestão analítica que procurou não estar limitada à situação de renda ou ao tipo de atividade produtiva. Nesse sentido, os municípios foram caracterizados em relação à ruralidade (associada a aspectos de paisagem e produtivos) e às situações de pobreza (associadas à renda municipal *per capita* e à variação da disponibilidade de acesso relacionada a serviços de educação e saúde).

Palavras-chave: Pobreza. Ruralidade. Intitulentos. Abordagem das Capacitações.

Abstract: Rio Grande do Sul is one of Brazilian states that present the best indicators in quality of life developed by several institutes. However, it is still possible to verify the

¹ Trabalho baseado na tese da primeira autora, defendida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS sob orientação do segundo autor.

existence of situations characterized by lacks in relation to the attendance of some necessities that, finally, characterize situations of poverty. Being a state essentially associated to agriculture, which is developed predominantly in rural environments, there is evidence of a debate about the characteristics of rural poverty. Associated with the capability approach, developed by Amartya Sen, the objective of this work is identify social and structural aspects that are able to characterize situations of lack in relation the some aspects, aiming at the characterization of rural poverty in the state in relation to the situations that configure the access possibilities to the municipal opportunities (entitlements). An analytical suggestion is presented here that tried not to be limited to the situation of income or the type of productive activity. In this direction, the municipalities were characterized in relation to the rurality (associated the productive and landscape aspects) and to the situations of poverty (associated to the per capita municipal income and the variation of the infrastructure related to services of education and health).

Key-words: Poverty. Rurality. Entitlement. Capability approach.

INTRODUÇÃO

Em relação aos indicadores de desenvolvimento evidenciados em todo o país, o Rio Grande do Sul é classificado como um dos estados brasileiros com melhor qualidade de vida. Entretanto, é preciso reconhecer que a situação brasileira ainda está longe de ser algo que possa ser considerado satisfatório, em termos de acesso a oportunidades de saúde e educação, por exemplo, para a grande maioria da população.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de um estudo mais específico em relação à situação dos municípios gaúchos, em termos de desenvolvimento. Este trabalho volta-se exatamente à caracterização das realidades municipais referentes a dois conceitos importantes para a discussão sobre os processos de desenvolvimento: a ruralidade e a pobreza. O primeiro aspecto está associado a uma forma de vida, a uma relação diferenciada com a paisagem e a um modo de reprodução específico que apresenta diversas peculiaridades e que vem sofrendo acentuadas transformações desde as últimas décadas do século XX.

O segundo conceito, a pobreza, é uma situação de fácil visualização, mas com uma discussão teórica bastante controversa em alguns pontos. Não há dúvidas de que está caracterizada pela carência

em diversos aspectos; entretanto, há discussões com relação a como estabelecer a linha divisória entre pobres e não pobres².

Especificamente no Rio Grande do Sul, esses dois conceitos apresentam uma situação bastante interessante. O conceito de rural, associado às estatísticas no Brasil, conforme se verá adiante no trabalho, apresenta uma limitação que muitas vezes distorce a realidade municipal. Nesse sentido, em 1940, o Rio Grande do Sul apresentava 68,85% da população caracterizada como rural. Em 2006, o estado gaúcho tinha uma população rural de 14,90 % em relação à população total (dados da Fundação de Economia e Estatística - FEE, em 2011). Ainda que se leve em consideração todo o processo migratório do campo para a cidade, ao observar a realidade nos municípios gaúchos, será possível evidenciar que 85% da população não é mais rural? É preciso considerar que muito desse aumento, no percentual de população urbana, deve-se a processos de emancipação que transformam distritos/bairros em municípios, sem que ocorram mudanças significativas, nem em termos econômico-produtivos, nem de infraestrutura disponível à disposição na localidade. A população residente, que talvez anteriormente fosse identificada como rural, passa a ser caracterizada como urbana por força de uma lei municipal que define o perímetro urbano do novo município. De qualquer forma, ao identificar a média de população urbana entre os municípios gaúchos, a proporção já cai para 55,54%. Ou seja, ao verificar a situação da população urbana por município, e não em relação ao agregado populacional, já se pode destacar uma situação diferente (FEE, 2011).

Além da limitação conceitual em termos estatísticos, a noção de rural é fundamental na composição da identidade gaúcha e precisa ser contextualizada em termos históricos. A figura simbólica do “gaúcho” é bastante associada ao campo e ao estilo de vida do ambiente rural. É possível perceber um relacionamento característico com a paisagem, diferente daquele associado ao paulista (ambiente urbano/industrial) e ao carioca (ambiente litorâneo), por exemplo.

² Basicamente, a título de exemplo, considere uma pessoa que vive com uma renda de U\$ 0,98 por dia (portanto, abaixo da “linha da pobreza” que é de U\$ 1,00, de acordo com algumas instituições internacionais). Será que ela tem uma vida muito diferente daquela vizinha que vive com U\$ 1,02? Será possível dizer que uma é pobre e outra não? Claramente pode-se imaginar que, em termos de renda, a vida das duas pessoas é muito parecida.

Assim como o conceito estatisticamente associado ao rural apresenta um estado com pouca população rural, os estudos que identificam pobreza como falta de renda não indicam que o Rio Grande do Sul seja um estado pobre. De acordo com dados da FEE (2011), a renda *per capita* no Rio Grande do Sul é de R\$ 19.778,00, apresentando-se como a quinta mais alta do país. Uma análise rápida apenas nos dados apresentados não indicaria a existência de pobreza no estado. Entretanto, é possível verificar situações de carência e pobreza no Rio Grande do Sul.

Entre os autores contemporâneos, preocupados em desenvolver estudos capazes de refletir de maneira mais próxima a realidade da situação vivida cotidianamente pelas pessoas, está o professor indiano Amartya Sen. Esse economista discutiu as limitações da teoria econômica para a compreensão dos processos de desenvolvimento em diversas nações, e desenvolveu uma abordagem multidimensional que procura qualificar a análise de variáveis disponíveis.

A Abordagem das Capacitações (*Capability Approach*), como é conhecida esse tipo de análise sugerida pelo autor, evidencia que os processos de desenvolvimento devem representar, essencialmente, formas de expansão e aumento da possibilidade de escolha dos indivíduos em relação à vida que eles valorizam e que gostariam de ter. Nesse sentido, cada um deve ter oportunidade de ser capacitado a tomar as decisões de acordo com o tipo de vida que valoriza levar. Como toda nova tentativa de percepção de realidade social, a Abordagem das Capacitações ainda se encontra em discussão, e procurando formas de operacionalização que façam cumprir o objetivo da análise multidimensional a que se propõe. É também nesse sentido que este trabalho procura enriquecer a discussão em torno da composição dos indicadores de desenvolvimento social.

Dessa forma, o artigo buscou evidenciar a situação apresentada pelos municípios gaúchos em relação à composição de uma pobreza rural, evidenciada a partir de condições de análise um pouco mais amplas do que as análises existentes até então e buscando a compreensão ampla dos indicadores envolvidos. O próprio método de composição das variáveis, bem como a contextualização da composição realizada, busca sugerir um caminho em direção da discussão atual

referente ao método que pode ser utilizado em conjunto com a Abordagem das Capacitações.

Sendo assim, este trabalho tem o seguinte objetivo geral: Compor e demonstrar o comportamento das variáveis associadas às noções de ruralidade e pobreza, identificando municípios que apresentam situação de pobreza rural.

Com a finalidade de apresentar o tema, este artigo está dividido em três seções distintas, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro momento revisa e apresenta os principais conceitos teóricos associados aos aspectos centrais do trabalho – ruralidade e pobreza – e evidencia o embasamento teórico fundamental da Abordagem das Capacitações. Para a retomada dos conceitos de ruralidade e pobreza, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que mostra a evolução conceitual envolvida na discussão. A apresentação da base teórica da Abordagem das Capacitações retoma a origem da discussão sobre as mesmas, bem como demonstra sua adequação à análise proposta e apresenta algumas outras possibilidades de pesquisa já realizadas por outros pesquisadores.

Na segunda seção, é realizada uma discussão detalhada dos procedimentos de pesquisa, apresentando e justificando a escolha das variáveis utilizadas para caracterização das situações de pobreza rural. A terceira seção apresenta, por fim, os resultados da análise realizada. Nesse momento, é caracterizada a situação dos municípios gaúchos em relação à ruralidade e à pobreza.

Por fim, cabe considerar ainda, nesta introdução, que o trabalho procura evidenciar, acima de tudo, a necessidade de um tratamento multidimensional para a caracterização das condições de vida nos municípios, neste caso, nos municípios gaúchos. É preciso romper a barreira da justaposição de conceitos, como no caso daquele utilizado para “pobreza rural” (conforme se verá em seguida).

A sugestão é de incluir novas percepções que permitam compreender melhor os processos sociais, evidenciando as diferenças e semelhanças existentes entre a estrutura de intitamentos presentes nos municípios gaúchos.

RURALIDADE, POBREZA E ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES

Existem muitos estudos sobre os diversos aspectos que envolvem a noção de ruralidade e outros tantos discutindo variadas noções e conceitos de pobreza. Geralmente, a não ser em trabalhos específicos (como este), estas duas noções são tratadas distintamente, cada qual com seu cenário e suas possíveis causas. Considerando a realidade social no estado gaúcho, o objetivo aqui é o de integrar esses dois conceitos, procurando perceber a complexidade das relações envolvidas na configuração da situação da pobreza rural.

A análise que relaciona ruralidade e pobreza no Rio Grande do Sul, neste estudo, procura utilizar uma abordagem teórica que se propõe multidimensional: a Abordagem das Capacitações. O foco principal dessa abordagem é evidenciar as possibilidades e as escolhas realizadas pelas pessoas na busca por uma vida melhor, dentro dos seus valores sociais. Ou seja, para a avaliação dessas situações e do próprio processo de desenvolvimento, é preciso considerar diversos aspectos que podem influenciar as decisões das pessoas.

O primórdio da organização social moderna está no agrupamento de seres humanos, ocorrido há milhares de anos, para o cultivo de alimentos, posteriormente caracterizado como atividade agrícola. Essa forma de relacionamento social e com o ambiente natural foi única até que, com o passar do tempo, a estrutura da sociedade foi se modificando. O desenvolvimento de novas mercadorias e novas formas de produção deu origem à divisão do trabalho que, ao longo do tempo, e ainda hoje, caracteriza todo o processo econômico da humanidade.

Uma das grandes alterações socioambientais decorrentes desse processo foi a separação entre campo e cidade. Houve a criação e a definição de ambientes urbanos e rurais, com características bastante específicas no que tange às suas relações sociais, relações de trabalho e relações com a Natureza (que vem formar uma idéia de diferenciação em relação ao que é fabricado unicamente pelo Homem³).

³ A relação Sociedade/Natureza vai muito além desse breve comentário de contextualização do ambiente rural. A própria atividade agrícola, ainda que seja caracterizada por conter um tempo de trabalho diferente de um tempo de produção poderia ser, em diversos aspectos, caracterizada como uma atividade humana, visto que a vegetação já foi alterada e, em sentido mais primitivo, já não refletiria a Natureza em seu funcionamento pleno. Para este trabalho, não há necessidade de aprofundar essa discussão visto que não há dúvida de que o ambiente rural é, sim, um

A aglomeração humana passou a caracterizar o ambiente urbano em oposição aos espaços em que a paisagem de campo predominava. Dessa forma, a noção de rural foi, e ainda é, em muitos contextos, utilizada como a descrição da relação social “oposta” a do ambiente urbano, da cidade. A literatura e vários estudos evidenciam essa dicotomia entre rural e urbano. Williams (1989), no seu estudo sobre o campo e a cidade, escreve sobre essa relação:

o campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a idéia de centro de realizações, de saber, de comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação (WILLIAMS, 1989, p.11).

De acordo com Veiga (2004), a partir da década de 1970, a análise do ambiente rural esteve associada a duas concepções que imaginavam futuros diversos. Veiga (2004) apresenta que Henri Lefebvre imaginava o fim completo do rural. Seguindo a tendência desse autor, imaginava-se que, com uma crescente industrialização, o rural seria extinto. Ocorreria a absorção das atividades agrícolas nas funções industriais. Desde o início da formulação dessa hipótese, o próprio autor identifica que a mesma seria eternamente inacabada. Poucos anos depois, ele próprio sequer a discutiria novamente, em suas publicações, como uma hipótese de estudo em si.

Em meio à discussão teórica, Veiga (2004) demonstra que, na busca por novas considerações, Bernard Kayser lançou a hipótese de um renascimento do ambiente rural, decorrente exatamente das transformações a que Lefebvre recorria para sustentar o fim do rural. Kayser indicava que, sendo o rural um ambiente de paz e tranquilidade ele não acabaria, muito pelo contrário, seria valorizado por apresentar essas características que no mundo industrial já não existiam mais. A busca pela paz e pelas paisagens naturais levaria a essa revalorização.

Ambas as concepções, com mais ou menos adeptos, representam contribuições importantes em relação à percepção do ambiente rural, e

ambiente transformado e socialmente concebido como aquele que é diferente do urbano.

estão associadas a uma noção de predomínio do urbano sobre o rural. Se, na percepção de um dos autores, o ambiente urbano acabaria por destituir o rural por ser o ambiente predominante das relações sociais, o outro apresenta os próprios problemas sociais causados pelo processo industrial como o início do processo de revitalização do rural, mostrando-o como um espaço de convivência social valorizado.

Entretanto, dada nossa capacidade de observar o ambiente que nos cerca, é possível perceber que nenhum dos autores teve sua percepção plenamente satisfeita. Nem o rural foi extinto, nem foi supervalorizado. A realidade do campo/rural é muito mais diversa do que aquela separação dicotômica imaginada décadas atrás e que, até hoje, é bastante presente nos livros escolares de ensino fundamental – onde o rural é constantemente associado ao passado e a cidade representa o futuro.

É possível perceber que as noções de urbano e rural são mais complexas do que a simples associação da atividade agrícola ao ambiente rural e do progresso/prosperidade ao ambiente urbano. Seja pelo crescimento de outras atividades nos ambientes rurais, ou pela falta de oportunidade no mundo urbano, as realidades se apresentam cada vez mais difusas. Alguns aspectos associados à vida urbana estão cada vez mais presentes no ambiente rural.

O rural vem se transformando cada vez mais, incorporando relações sociais que durante muito tempo, foram associadas às relações urbanas (a própria noção de “isolamento”, representada pela não aglomeração, já é percebida de maneira diferente, dado o avanço das tecnologias de comunicação, por exemplo). O rural e o urbano são, dessa forma, aspectos de uma mesma realidade social, que, mesmo apresentando características diferenciadas, não podem mais ser simplesmente considerados estágios evolucionários da sociedade humana. Eles interagem e se transformam mutuamente.

A ilusão de uma realidade rural associada ao passado esvai-se na simples observação das formas de vida, de produção e do comércio mundial. Nesse sentido, convém evidenciar que significativo número das nações mundiais e que a maioria da população estão relacionadas a um modo de vida que poderia ser caracterizado como rural. Entretanto, parte da população que poderia ser tipificada como rural ainda possui condições de vida que não refletem, nem parcamente, toda a evolução,

seja em termos tecnológicos ou da própria prosperidade, conquistada pelo modo de vida “urbano”. É o que se evidencia, por exemplo, na situação das nações africanas, que têm sua economia fortemente associada a produtos agrícolas e extrativistas, e grande parte da população vive em condições bastante precárias em áreas reconhecidas como rurais.

A predominância de um discurso que, durante algum tempo, preconizou o fim do rural, ou a permanência de um rural revalorizado pelos problemas do ambiente urbano, redirecionou parte significativa de suas reflexões relacionadas ao tema. A preocupação em definir o “futuro” do rural, em muitos casos, foi uma vertente teórica que ofuscou o estudo da manutenção do modo de vida rural e de seus processos de reprodução.

Entretanto, é preciso conhecer e compreender as características que esse ambiente rural nos apresenta. É importante discutir uma noção de ruralidade que possibilite a aproximação da teoria aos problemas sociais existentes no campo. Tendo a extinção do ambiente rural se tornado uma simples abstração teórica, compete aos pesquisadores, preocupados em compreender os diversos processos de desenvolvimento, aceitar que a noção de ruralidade pode ser um dos conceitos essenciais para a compreensão da configuração social em diversos países.

Um dos caminhos teóricos que tenta revitalizar o conceito de ruralidade como uma importante ferramenta para a compreensão da realidade social é aquele que associa a noção do rural a um conceito territorial. Essa abordagem procura dissociar o ambiente rural da atividade econômica – agrícola – realizada, representando a distinção definitiva entre o meio rural e os locais de atividade exclusivamente agrícola. É possível caracterizar o rural a partir das especificidades das relações sociais estabelecidas e não mais pelo atraso ou por um suposto vazio. Percebe-se que as definições normativas apresentam limitações específicas e associam o ambiente rural à falta de algum serviço, a uma atividade produtiva específica ou a uma noção de espaço vazio.

A tentativa de ir além dessa noção exige que se possa encarar o ambiente rural nunca como um espaço vazio, mas como um lugar repleto de relações sociais e de necessidades diferentes daquelas impostas ao ambiente urbano e seu ritmo, ainda regido pelo modelo de

produção industrial. É preciso atentar às relações diferenciadas. Se há, por exemplo, uma densidade demográfica menor em ambientes rurais, esse dado reflete uma ausência de pessoas, mas possivelmente apresenta uma maior quantidade de relações ambientais dependentes de fatores naturais, que transformam significativamente o ritmo e a forma das relações sociais. O espaço não ocupado por pessoas não significa espaço vazio. Nesse sentido, a informação representada pelo dado de densidade demográfica precisa ser analisada em termos de relações diferenciadas com o ambiente e não associada estritamente à ideia de vazio.

Assim como essa noção de vazio, a percepção de um rural associado a condições estruturais carentes ou faltantes não deve ser aceita sem alguma contestação. A medida dos serviços necessários e que estão à disposição das populações rurais precisa ser relativizada e adequada às necessidades dessas comunidades. De qualquer forma, a carência existente no meio rural também é uma realidade cada vez mais constante nos centros urbanos. Ou seja, como não é só no rural que há falta de acesso a serviços municipais, essa não pode ser considerada uma característica distintiva entre o ambiente urbano e o rural. Ela está associada a uma carência social geral e não, necessariamente, ao rural.

Da mesma forma, a associação estreita entre o ambiente rural e a atividade agrícola precisa também ser revista. A ruralidade está associada mais a uma dinâmica produtiva e social do que a um tipo de atividade específica. Ainda que não se possa negar, em absoluto, que muito da atividade produtiva rural ainda é associada a algum tipo de produção agrícola, cada vez mais é preciso incluir outras relações produtivas na noção de ruralidade que se pretende identificar. Muitas atividades, por exemplo, associadas aos setores de serviços, têm cada vez mais influência na composição da renda do meio rural e podem, em alguns casos, evidenciar, inclusive, algum conflito com a manutenção da atividade agrícola (como, por exemplo, é o caso de atividades turísticas baseadas na preservação da mata nativa que vai de encontro à sua transformação em lavouras).

Ainda que essa não seja uma tarefa simples, há necessidade de pensar e estabelecer uma forma mais complexa de percepção do rural, na tentativa de compreender a realidade dos diversos municípios gaúchos (e brasileiros). Além disso, esse novo e necessário “olhar” do

rural apresentaria uma nova concepção em relação às necessidades e políticas públicas para atendimento dessas realidades. Abramovay evidencia que:

como definir o meio rural de maneira a levar em conta tanto sua especificidade (isto é, sem encarar seu desenvolvimento como sinônimo de 'urbanização'), como os fatores que determinam sua dinâmica (isto é, sua relação com as cidades)? Os impactos políticos da resposta a esta pergunta teórica e metodológica são óbvios: se o meio rural for apenas a expressão sempre minguada, do que vai restando das concentrações urbanas, ele se credencia, no máximo, a perceber políticas sociais que compensem sua inevitável decadência e pobreza. Se, ao contrário, as regiões rurais tiverem capacidade de preencher funções necessárias a seus próprios habitantes e também às cidades – mas que estas próprias não podem produzir – então a noção de desenvolvimento poderá ser aplicada ao meio rural. (ABRAMOVAY, 2000. p 3).

Existem diversos trabalhos recentes que procuram, inconformados com a excessiva simplificação que define o ambiente rural na teoria social, evidenciar essas peculiaridades associadas ao desenvolvimento e à noção de ruralidade em si.

Marsden (1989), em seu trabalho sobre a ruralidade europeia, enfatiza três aspectos principais para a compreensão do processo social que envolve o ambiente rural: a necessidade de reconhecimento da multidimensionalidade das mudanças que ocorrem no mundo rural; a compreensão ampla e abrangente do processo de *commoditização* pelo qual passam os produtos rurais e a necessidade de incorporação da dimensão do consumo do ambiente rural, como um fator produtivo importante na análise desses ambientes.

Toda a reestruturação pela qual passou o sistema alimentar teve impactos diretos nas atividades agropecuárias e no ambiente rural. A população rural precisou buscar alternativas que garantissem sua reprodução. O processo de *commoditização* impôs, em termos de indústria agroalimentar, pelo menos duas grandes distinções: os produtores que trabalham para o comércio internacional de alimentos e aqueles que trabalham para abastecer o consumo interno. Entre aqueles que produzem para o comércio nacional, é preciso, ainda, chamar a

atenção para a diferenciação dos que atendem “nichos” específicos de mercado e aqueles que produzem as *commodities*. Todo esse contexto leva a perceber que o rural passa a configurar-se de maneira cada vez mais independente das atividades agropecuárias, ainda que essas atividades tenham, e provavelmente continuem a ter, um significado bastante importante no meio rural. Há, cada vez mais, diferentes atividades produtivas “rurais”, independente das agrícolas.

Houve um ajuste da população rural através da busca por novas oportunidades de reprodução, inclusive, além do estabelecimento rural que caracterizou a sua atividade durante bastante tempo. Nesse contexto, há a percepção e o estudo do fenômeno da pluriatividade. Inicialmente estudada na Europa, o Brasil também apresenta essa combinação de atividades que garante diversos modos de reprodução no ambiente rural. Essas atividades associam o trabalho agrícola a outros ramos produtivos e à prestação de serviços, como é o caso das atividades de turismo rural, cada vez mais valorizadas.

Outro aspecto importante refere-se à percepção do rural como um consumidor das demais funções produtivas. Nesse sentido, é preciso perceber o ambiente rural como um setor que presta serviços e consome dos demais setores, inclusive, cada vez mais, do setor financeiro, que abastece todo o tipo de atividade, com linhas de crédito específicas.

Todas essas mudanças no(s) modo(s) de reprodução do meio rural não devem ser ignoradas para o estudo do novo rural, pois se relacionam diretamente com o regime de acumulação e manutenção das atividades e com os modos de consumo e de regulação. Assim, a compreensão dessa nova configuração é essencial, inclusive para a formulação de políticas que garantam o desenvolvimento dos ambientes rurais e que não tragam em suas concepções a ideia de um rural esvaziado e em extinção.

Na Europa, a *Organization for Economics Co-operation and Development* – OCDE procura compreender a dinâmica social das regiões rurais europeias. Nesse sentido, desenvolveu uma classificação com base territorial. A proposta de classificação utilizada pela OCDE (1992 *apud* Abramovay, 2000) estabelece dois níveis hierárquicos: nível local e nível regional. O nível local trabalha com a densidade demográfica como variável fundamental. O corte estabelecido para a

análise das unidades administrativas foi de 150 hab./km². As unidades com densidade demográfica maior do que aquela do corte são consideradas urbanas. Esse critério foi considerado como “neutro” para análise da realidade das localidades. Em nível regional, a análise enfatiza as relações funcionais, com base na habitação da população. Sendo assim, as regiões são classificadas como essencialmente rurais, relativamente rurais ou essencialmente urbanizadas.

Ainda que se possa criticar a metodologia de classificação da OCDE, ela permitiu a identificação dos ambientes rurais e a comparação entre os países membros da União Europeia, que apresentam realidades bastante distintas entre si. A partir dessa análise, a população rural passa a ser vista não como um resíduo ou um modo de vida em extinção, mas como uma população estabelecida numa região que possui dinâmica e características próprias⁴.

Segundo Blume (2004), o economista José Eli da Veiga (2000(a)) procurou adaptar a metodologia criada pela OCDE (1996), que estabelece critérios de comparação para as nações europeias, à realidade brasileira. O indicador de corte para a classificação da densidade demográfica foi de 80 hab./km². Além disso, foi incluído um corte referente à população absoluta. Para a avaliação, o nível de estrutura utilizada foi o municipal. Sendo assim, municípios essencialmente rurais são aqueles que possuem uma densidade demográfica menor do que a de corte e população absoluta menor do que 50.000 habitantes. “Os municípios de médio porte, ou relativamente rurais, serão todos os que apresentarem de 50.000 a 100.000 habitantes ou apresentarem densidade demográfica que supere 80 hab./km²” (Blume, 2004, p.24).

⁴ Conforme Veiga (2004) sobre a pesquisa da OCDE: “Por si sós, esses dados referentes a 1990 não servem para invalidar ou confirmar qualquer das duas hipóteses. Para neles encontrar um sinal favorável à hipótese de Lefebvre, bastaria supor que as sociedades capitalistas avançadas estivessem no caminho apontado pela Holanda, pela Bélgica, pelo Luxemburgo, ou mesmo pelo Reino Unido, nações nas quais praticamente foi extinta a população predominantemente rural. Para neles ver, ao contrário, uma confirmação da hipótese de Kayser, bastaria usar o exemplo da Suíça, na qual diversos fatores fizeram com que em país bem semelhante (avançado e com território reduzido) a população predominantemente rural pese mais do que na Itália” (p.8).

Baseado na metodologia internacional e na adaptação de Veiga para o Brasil, Blume sugere um estudo que tenta combinar as duas metodologias e procura analisar a ruralidade no Rio Grande do Sul – a abordagem territorial escalar hierarquizada (TEH), que também utiliza dois níveis: o municipal e o regional. A partir disso, é possível caracterizar um relacionamento específico com a ocupação do espaço e não, simplesmente, classificar um espaço vazio como rural.

Em relação à pobreza, segundo foco de caracterização municipal evidenciado neste trabalho, pode-se dizer que situações de pobreza não são novidades na história da humanidade. Relatos bastante antigos apresentam situações em que alguns grupos sociais são considerados pobres em relação aos outros, que possuem melhores condições de sobrevivência. Sendo assim, o que espanta muitos pesquisadores é que todo o progresso e o desenvolvimento, especialmente dos últimos 150 anos, não foi capaz de superar essas situações.

O estudo da pobreza, assim como a percepção do espaço rural, é uma noção muito mais empírica do que tratável em termos teóricos abstratos. Se mostrarmos fotos de situações sociais que retratam “pobreza” a um grupo de pessoas, ainda que possa haver alguma controvérsia, é bastante provável que seja possível obter algum tipo de consenso em relação às carências observadas. Nesse sentido, a situação de pobreza é, em si, uma situação em que fica caracterizado algum tipo de necessidade. Outra generalidade sobre as situações de pobreza, que pode ser aceita como componente essencial do discurso político e dos trabalhos acadêmicos que tratam do assunto, é que todos são contra a pobreza. Ou seja, a situação de pobreza deve ser superada. Ela não é socialmente desejada como uma “condição normal” para a reprodução social. Conforme nos indica Amartya Sen:

muita coisa relacionada com a pobreza é suficientemente óbvia. Uma pessoa não precisa de critérios complicados, de medições habilidosas nem de análises profundas para reconhecer a pobreza bruta e para compreender seus antecedentes. (SEN, 1999b, p.07).

Entretanto, o diagnóstico e a identificação das situações de carência, em termos de estudos, quando se afastam da ideia de pobreza extrema e bruta, não são tão óbvios. Existem diversos indicadores e

diversas abordagens para tratar essas situações, cada uma delas enfocando algum tipo de privação.

A identificação de aspectos “gerais” não vai muito além desses apresentados. Fica constatada a necessidade de superação da pobreza para que a qualidade de vida das pessoas seja melhor. As “soluções” e os discursos são os mais diversos. Discussões sobre esse tópico frequentemente abrem espaço para um excesso de emoções, gritaria e demagogia, especialmente como recurso político em regimes democráticos.

Uma das questões fundamentais nos estudos atuais é identificar o parâmetro de comparação. Neste sentido, uma das primeiras questões relevantes nos estudos sobre pobreza é identificar aspectos relativos e absolutos da pobreza. A situação de pobreza absoluta identifica, a partir de um critério determinado, aqueles indivíduos que não têm acesso às condições mínimas de sobrevivência. A pobreza relativa apresenta análises comparativas entre diversos grupos, indicando, entre eles, qual seria o mais pobre. A pobreza relativa evidencia-se de acordo com o contexto social em que determinada família ou indivíduo se encontra.

Com o aumento do interesse pelo estudo em relação às situações de pobreza, foram sugeridas diversas linhas de pesquisa. Uma das abordagens importantes, reconhecida como “enfoque das necessidades básicas”, evidencia nos estudos a análise da satisfação de alguns requisitos considerados indispensáveis para que cada indivíduo possa desenvolver-se plenamente em diversos aspectos (saúde, educação etc) (ROMÃO, 1993). A introdução dos aspectos relacionados às necessidades básicas apresenta a pobreza como um aspecto estrutural que exige um “repensar” em relação aos processos de desenvolvimento.

Atualmente, um dos indicadores mais comuns utilizado para comparação das diferentes situações ao redor do planeta são as linhas de pobreza com relação à renda (US\$ 1 ou US\$ 2 por dia). Isso significa que os pobres são aquelas pessoas que não conseguem obter, durante um ano, essa média de recurso monetário. Entretanto, sem tratar especificamente o problema das médias, esse indicador está associado, exclusivamente, à obtenção de recursos monetários e, na realidade, não diferencia a situação entre os pobres.

Apesar das críticas, essa é a noção mais utilizada para estudos que tentam comparar diversas situações nacionais de pobreza. Ainda que os autores se preocupem, em muitos casos, em chamar a atenção à multidimensionalidade que precisa estar associada à pesquisa desse fenômeno social, não raro os estudos se resumem à análise da variável renda com o corte da “linha de pobreza”. Baseados nessa variável, os pesquisadores conseguem identificar a porcentagem da população nacional que vive abaixo ou acima do parâmetro e comparar a situação entre os países. A principal crítica que pode ser feita a esse tipo de “medição” é que ela não é capaz de refletir nem a intensidade, nem a distribuição entre os menos favorecidos. Dessa forma, comumente, a “solução macroeconômica” para o problema tem sido a distribuição de recursos monetários que, mesmo não permitindo melhorar sua efetiva condição de vida, oportunizam ultrapassar a linha e não constar mais, estatisticamente, no grupo de pobres.

Durante muito tempo, e ainda atualmente, alguns autores preocupam-se em estruturar uma abordagem biológica da pobreza. Dessa forma, ela estaria associada a um nível mínimo de garantia de condições biológicas para a manutenção da vida do ser humano. “Morrer de fome, é, claramente, o aspecto mais significativo da pobreza” (SEN, 1999, p. 27). Entretanto, além da dificuldade em considerar as mais diversas situações e necessidades (características físicas, condições climáticas e de trabalho, etc), é preciso reconhecer que o ser humano tem outras necessidades além das biológicas, que precisam ser supridas para que se tenha uma vida que permita o mínimo de respeitabilidade e de condições de convívio social. Da mesma forma que a simples análise da renda, a questão da carência alimentar – ainda que seja um aspecto de vital importância (literalmente) para a superação de situações de pobreza – não tem grande significado em termos de políticas públicas, pois a pobreza vai muito além desse aspecto e da sua “solução” por meio da distribuição de cestas básicas. Novamente, os pobres teriam condições de, estatisticamente, abandonarem a situação de pobreza. Entretanto, obviamente, a situação real de carência dessas pessoas não estaria resolvida.

A tentativa atual institucionalmente mais aceita, como uma forma de complexificação da análise das situações de pobreza, é aquela que sugere a utilização da renda associada a outras importantes variáveis.

Uma das sugestões com propostas multidimensionais inicialmente estudadas e ainda comumente utilizadas para a percepção da situação de desenvolvimento dos países é o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Ele combina três dimensões da vida humana para comparar a situação entre países: Educação (Taxa de Alfabetização e Frequência no Ensino Fundamental, Médio e Superior de acordo com a população especificada na faixa etária), Longevidade (esperança de vida ao nascer), Renda (Renda *per capita*).

A Organização das Nações Unidas criou, além do IDH, na tentativa de avaliar a pobreza em todo o mundo, um Índice de Pobreza Humana – IPH⁵. Esse índice concentra-se na reunião de três fatores essenciais para a manutenção e sobrevivência da vida humana: longevidade, educação e padrão de vida. A diferença em relação ao IDH, que também avalia esses aspectos, é que o IPH, em seus dois níveis – IPH 1 e IPH 2 – possui um limite normativo para a avaliação dos resultados. Em relação à longevidade, o IPH 1 indica o percentual estimado da população que morrerá antes de completar 40 anos de idade. Da mesma forma, o IPH 2 é calculado a partir do percentual estimado da população que morrerá antes dos 60 anos de idade. Em termos de educação, o IPH 1 é constituído pela informação referente ao percentual da população adulta analfabeta. Analogamente, o IPH 2 compõe-se do percentual de pessoas cuja capacidade para ler e escrever não é suficiente para ser funcional. Por fim, em relação à terceira dimensão refletida, tanto no IDH como no IPH, o padrão de vida da população é indicado no IPH 1 pelo percentual da população sem acesso a serviços de saúde e água potável, combinado com o dado referente ao percentual de crianças com peso insuficiente. No IPH 2, em termos de padrão de vida, são analisadas: a proporção da população que é pobre com relação aos ingressos monetários e a proporção de desempregados de longo prazo (mais de 12 meses).

Mesmo que diversas críticas sejam feitas à composição desses índices, não se pode deixar de admitir que eles representam um avanço na tentativa de compreensão das situações de pobreza. Entretanto, a diversidade da realidade não é refletida nesses índices, já que, invariavelmente, supõe-se que são esses os fatores fundamentais para a análise da pobreza (longevidade, educação e padrão de vida).

⁵ Informações obtidas através de <http://www.undp.org>. Acesso em 01 out. 2004.

Certamente, esses são fatores importantes; entretanto, resumir as situações de pobreza a essas três dimensões pode significar, ainda, uma excessiva simplificação do quadro social que se pretende analisar.

As situações de pobreza estão relacionadas à falta de oportunidades e escolhas em diversos aspectos da vida de cada pessoa que pode ser considerada pobre. Entre esses, pode-se, inicialmente, citar: fome, dificuldade de acesso à água, condições de subnutrição, condições de gênero, etc.

Além disso, é preciso salientar que as situações de pobreza estão integradas a uma diversidade de configurações sociais locais que, por sua vez, não raramente, agregam-se a realidades nacionais e globais. Ainda sem adiantar, mais profundamente, a proposta de análise realizada neste trabalho, convém salientar que, nas próximas seções, sugerir-se-á uma forma operacional para a identificação e caracterização das situações que podem ser identificadas como ruralidade e pobreza, a partir de uma visão que envolve diversos fatores. O estudo das capacitações, desenvolvido por Amartya Sen, procura exatamente evidenciar as complexas relações entre as múltiplas condições sociais capazes de caracterizar aspectos relacionados à ruralidade e à pobreza. Nesse contexto, um dos objetivos é perceber a multidimensionalidade envolvida para um melhor entendimento dessas situações.

Se até aqui, foi possível analisar a adequação ou não das ideias e conceitos associados às noções de ruralidade e pobreza, esta seção apresenta, em alguma medida, uma discussão marcada pela simples justaposição de conceitos. A pobreza rural, em diversos textos e estudos, conforme será apresentada, não trata aspectos além daqueles que representados puramente pela reunião dos dois conceitos evidenciados nas seções anteriores.

É um conceito naturalizado e pouco discutido na bibliografia. Ou seja, ao falar de pobreza rural, pesquisadores e interessados no assunto assumem as duas pressuposições fundamentais que norteiam os estudos internacionais:

1) Pobre – Aquele indivíduo (ou a família) que não atinge a renda suficiente para a sua manutenção. Eventualmente, variam as “linhas de pobreza” e os parâmetros utilizados.

2) Rural – Aquele indivíduo (ou família) que mora fora da área urbana.

Isso significa que os estudos, ao tratarem da pobreza rural, estão lidando com dados de pessoas e famílias que moram fora das áreas urbanas e que vivem abaixo de determinado índice de acesso a recursos ou serviços.

Apenas a título de exemplo, seguem algumas definições em relação à pobreza rural em diversos estudos. No relatório nº 21790–BR do Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 2001), a pobreza rural é indicada com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e na linha de pobreza de US\$ 1,00 por dia. O relatório indica que, se considerarmos a linha de pobreza total, não menos de 85% e 62% da população rural no Nordeste e no Sudeste brasileiro são pobres. Em todo o Brasil, o relatório indica que 45% da população brasileira é pobre. Assim como em outros estudos, este nos mostra que, enquanto a pobreza se apresenta como um conceito normativo e discutido, a dimensão rural aparece simplesmente como o indicador da população fora do perímetro urbano.

David Satterthwaite (2005) tenta, ainda, baseado na separação institucional (no caso do Brasil, dada pelo IBGE), qualificar as situações de pobreza rural. Segundo esse autor (SATTERTHWAITE, 2005), a pobreza rural está associada à falta de acesso à água, aos preços dos produtos agrícolas produzidos e à distância ou à falta de serviços sociais, como escolas, assistência médica e acesso ao crédito. Entretanto, esses fatores também são, frequentemente, encontrados nos estudos referentes à pobreza urbana. Na realidade, poder-se-ia dizer que tais motivos não são capazes de qualificar situações de pobreza rural, especificamente. Ou seja, mesmo que o autor tenha tentado tratar essa questão, ele aparentemente terminou, novamente, discutindo unicamente pobreza e localizando-a fora do perímetro urbano municipal.

Pessanha (2000) publica um artigo, em um volume da publicação *Perspectivas Rurales*, junto com diversos outros pesquisadores, tratando pobreza rural da mesma forma já evidenciada. Para caracterizar pobreza, utiliza o “enfoque da privação monetária” (PESSANHA, 2000, p. 10) e a população rural é aquela que mora em domicílios rurais (ou seja, fora da área urbana).

O próprio pesquisador José Eli da Veiga, que cada vez mais se apresenta interessado em desmistificar o rural brasileiro, ao tratar a pobreza rural e o desenvolvimento rural (VEIGA, 2000 (b)), acaba por utilizar a noção de ruralidade e de linhas de pobreza através dos dados do IBGE, para indicar que:

a pobreza é proporcionalmente maior no meio rural de todas as regiões brasileiras. Mas é na proa que essa distorção está mais acentuada. Enquanto na porção mais miserável do país – o Nordeste – as diferenças espaciais são tênues, na sua ponta mais exuberante – o Sudeste/Sul – a proporção de pobres no meio rural chega a ser quase duas vezes superior à proporção de pobres no meio urbano. (VEIGA, 2000. p. 174).

Mendez (2000), ao analisar pobreza rural, indica que os pobres rurais são aquelas famílias com necessidades básicas insatisfeitas e ingressos insuficientes para cobrir suas necessidades mínimas. As principais causas da pobreza rural são os baixos ingressos agrícolas, salários aviltantes e falta de empregos (MENDEZ, 2000). Nesse sentido, o autor sugere que a criação de empregos e o acesso a eles, com melhor remuneração, poderiam representar instrumentos de diminuição da pobreza rural. Novamente, o que se pode perceber, é a redução da noção de ruralidade associada ao conceito de pobreza rural, como um fator de mera localização espacial e geográfica (fora do urbano).

Esses exemplos poderiam ser multiplicados se o objetivo fosse listar todos os relatórios e documentos institucionais em que pobreza rural é entendida como uma justaposição dos conceitos normativos (e insuficientes), comumente associados a essas duas noções.

Ainda que diversos pesquisadores, conforme foi evidenciado, tenham seus trabalhos sobre pobreza rural atrelados às limitadoras noções de ruralidade e pobreza já discutidas, é preciso atentar para os esforços no sentido de encontrar novas formas de percepção dessas noções. Alguns esforços serão aqui ressaltados.

Camacho R. (2000) procura identificar alguns fatores específicos que seriam capazes de caracterizar situações de pobreza rural. Ele indica que grande parte das definições de pobreza está associada a condições e níveis de vida inferiores de determinados grupos sociais em relação ao resto da população. Entretanto, no caso da pobreza rural, essas condições são ainda mais adversas, visto que alguns fatores

importantes simplesmente deixam de ser considerados (CAMACHO, 2000). Além das causas “comuns” nas situações de pobreza (escassez e ineficiência dos serviços públicos, falta de acesso a transporte e comunicação), o autor nos indica que é preciso considerar: a dispersão geográfica da população; o atraso tecnológico; a falta de acesso à terra, ao crédito e aos insumos agrícolas; a diversidade étnica e cultural; a indisponibilidade de certos recursos naturais; a incapacidade de organização e de participação política nas comunidades rurais (CAMACHO, 2000). Ainda que o autor esteja, em alguma medida, alertando os pesquisadores sobre uma realidade que pode apresentar características específicas, é possível perceber que o rural ainda está associado às informações estatísticas formais que classificam rural/urbano e que, principalmente, há uma ideia de percepção relacionada intimamente à ausência de recursos e condições. O rural segue sendo caracterizado como um espaço de carência que deve ser superado.

Interessada no assunto, Pérez E. (2000) apresenta uma característica que vem ganhando cada vez mais espaço nos estudos sobre pobreza rural: a noção de gênero. Focalizando pobreza como falta de renda e oportunidades, e o rural como um ambiente mais heterogêneo que o urbano, a autora chama a atenção para a discussão sobre a feminização das situações de pobreza rural. Além disso, indica outros grupos sociais que podem também ser, aqui, identificados: pequenos agricultores, camponeses, trabalhadores sem terra, indígenas, trabalhadores agrícolas temporários, refugiados e jovens rurais (PÉREZ, 2000). É importante perceber a tentativa de caracterizar de forma qualitativa as situações de pobreza rural, a partir de novas categorias.

Para a identificação e a caracterização da pobreza rural no Rio Grande do Sul, Schneider (2000 (a)) utiliza a metodologia da Fundação de Economia e Estatística – FEE que se baseia na construção de dois indicadores – Índice de Desenvolvimento Social e um Índice de Carência Social. O estudo apresentou a relação entre pobreza e estrutura fundiária no Rio Grande do Sul, demonstrando que existem dois tipos de pobreza rural no estado gaúcho – pobreza histórico-estrutural e a pobreza colonial. Entretanto, esse método de análise, embora represente um avanço na complexificação da noção de pobreza rural

gaúcha, ainda apresenta uma excessiva homogeneização das situações de pobreza rural – identificadas nos dois grupos citados.

Um importante autor que tem qualificado a discussão a respeito da pobreza rural é Frank Ellis. Em sua obra (2000), ele evidencia que traços específicos do modo de vida e de reprodução caracterizam a situação social vivenciada no ambiente rural. A sua análise sobre a pobreza rural apresenta alguns aspectos em comum com aquela que é desenvolvida neste trabalho, utilizando, inclusive, conceitos utilizados na teoria seniana da Abordagem das Capacitações⁶.

Evidenciado, até então, que o conceito de “pobreza rural” está bastante associado a uma justaposição de conceitos que limita muito a análise desta situação social, como então se pode sugerir uma nova forma de perceber essas situações de pobreza rural?

Durante muito tempo, o julgamento das condições sociais esteve intimamente relacionado a indicadores econômicos, baseados em variáveis estritamente quantitativas. A expansão da produção mundial e o aumento das condições de desigualdades e dos demais problemas sociais tornaram evidentes os limites das análises realizadas com base em dados puramente econômicos. A partir da década de 1980 – que reuniu condições históricas de uma crise econômica e uma preocupação emergente com as questões relacionadas aos problemas ambientais –, foram desenvolvidas abordagens que procuraram, na medida do possível, tornar a análise econômica mais condizente com a realidade social.

Uma das noções de desenvolvimento mais difundidas está associada ao progresso econômico e, dessa forma, vinculada a uma ideia, um tanto confusa talvez, de considerar as pessoas como meio para o progresso econômico. Sen (1999) retoma, para discutir e distinguir a diferença entre meios e fins, a origem da Ciência Econômica, que reúne ética e engenharia, atentando ao resgate da noção de ética no discurso referente à análise econômica que, ao longo do tempo, foi “perdendo espaço” para a engenharia. A predominância

⁶ “Here a positive state of well-being may be thought of the human capabilities of doing and being, where doing involves agency, choice and freedom, and being involve welfare and happiness. Lack of well-being therefore implies some combination of inability to act and enforced misery, which taken together imply severely curtailed human capabilities. ... All writers in this area concur that poverty signifies the inability of people to realize their potencial as human beings” (ELLIS, 2000.p. 77).

da vertente de “engenharia” na Economia levou a uma excessiva formulação de modelos matemáticos que, não poucas vezes, afastam-se da realidade vivenciada pelas escolhas dos agentes sociais. Ao sugerir uma nova concepção de análise, Sem evidencia que é um aumento das oportunidades para o exercício das liberdades que representa um aumento da qualidade de vida das pessoas. Na literatura mais comumente encontrada em língua portuguesa, convencionou-se chamar essa proposta de Abordagem das Capacitações.

O ponto de partida para a análise seniana é exatamente a confusão historicamente constituída entre meios e fins (*means and ends*) que norteiam as análises econômicas, como explicações aceitas para a percepção da realidade social. Daí surge a relação invertida da produção como essência do progresso, que utiliza as pessoas como meios, quando na verdade as pessoas, e a qualidade de vida decorrente da produção deveriam ser considerados fins (SEN, 1993). É a vida das pessoas que deve se utilizar da prosperidade e da produção para obter mais opções de escolha, e não a produção e a prosperidade utilizar-se da vida de pessoas para acumular cada vez mais. Ou seja, produção e prosperidade dão à vida humana oportunidades de exercício de liberdades e não o contrário. Esses elementos são meios para um incremento nas possibilidades de escolha de cada pessoa. As escolhas materializam-se através da disponibilidade de acesso a diversos arranjos sociais, à forma de acesso aos incrementos na produção e à prosperidade gerada.

Meios são os instrumentos para o aumento das capacidades: acesso à renda; proteção contra riscos e desastres naturais; acesso a direitos civis; acesso a serviços de saúde. Fins são os objetivos finais do processo de expansão das capacidades: possibilidade de realização de escolhas; formação de expectativas; longevidade; responsabilidade; identidade cultural.

A base conceitual da Abordagem das Capacitações está fundamentada em três elementos: os funcionamentos (*functionings*)⁷, a capacidade e as liberdades. A noção de funcionamento é a noção primitiva/fundamental/primária na Abordagem das Capacitações, sendo

⁷ A grande maioria da bibliografia em língua portuguesa traduz o termo *functionings* como “funcionamentos”, entretanto, é possível encontrar essa expressão traduzida para o português como “efetivações”. Ver SEN, 1993.

a base para a formação dos demais conceitos. Eles representam atividades (ver, comer, locomover-se, escrever, etc) e modos de ser e de existir de determinada pessoa (estar bem nutrido, ter condições de evitar doenças ou morte precoce, ter possibilidade de votar livremente, não estar submetido a qualquer tipo de constrangimento, etc). Os funcionamentos são os elementos constitutivos da vida, pois, por meio deles, a pessoa tem a possibilidade de efetivar suas escolhas. Eles se referem a estados de existência [beings] ou a atividades [doings] que podem ser realizadas pelos agentes sociais (SEN, 2001), referem-se às realizações do agente social de acordo com suas opções e preferências. O funcionamento diz respeito à pessoa, ao agente social⁸. Realizar funcionamentos é “o traço primário do bem-estar (SEN, 2001, p.236). A discussão proposta neste artigo evidencia, então, baseada na Abordagem das Capacitações, a necessidade de contextualização das variáveis para a classificação normativa do ambiente social em que os agentes econômicos estão inseridos.

COMPOSIÇÃO DAS SITUAÇÕES DE RURALIDADE E POBREZA

O método e a análise desenvolvidos no sentido de caracterizar as situações de pobreza rural no Rio Grande do Sul tem intenção de reconhecer a complexidade e a heterogeneidade envolvidas nessas relações. Conforme se verá adiante, a pobreza está associada à falta de infraestrutura social municipal que oportunize uma melhor condição de escolha para cada um dos cidadãos. Duas distinções posteriores podem já ser indicadas. Em primeiro lugar, a situação de carência – a pobreza – não está associada ao indivíduo, mas ao município. O município, e não o domicílio familiar, é classificado como rural. A pobreza rural está vinculada, então, a uma falta relativa de renda municipal e/ou oportunidades sociais em relação à saúde e à educação em municípios com baixa densidade demográfica.

O segundo comentário revela que a pobreza rural não está, portanto, associada a um lugar dentro do município, mas a uma dinâmica produtiva que gera situações de carência que impedem que

⁸ “A functioning is an achievement of a person: what he or she manages to do or to be”. (SEN, 1985, p.07).

parte da população tenha condição de exercer suas escolhas com a liberdade que gostaria.

Para a realização da análise cada um dos municípios gaúchos foi classificado em relação à ruralidade e à pobreza que procurou qualificar as situações identificadas em cada município.

Em relação à ruralidade, foram usados dois parâmetros para a classificação dos municípios: a abordagem TEH e um parâmetro de dinâmica econômica municipal, a partir da série histórica de composição de Valor Adicionado Bruto – VAB Municipal.

A ruralidade está considerada, conforme já foi mencionado na discussão teórica, como uma relação diferenciada com a natureza/espaço e no que diz respeito às atividades produtivas do município. Para evidenciar a relação diferenciada quanto ao espaço, foi utilizada a abordagem TEH (BLUME, 2004), que utiliza dois níveis de análise. Primeiro, cada município foi classificado como rural ou urbano, de acordo com a sugestão do autor:

assim, para os municípios que apresentarem densidade demográfica menor que 80 hab./km², serão classificados pela TEH como municípios rurais. Para os que apresentarem densidade demográfica maior ou igual a 80 hab./km², ou um valor maior ou igual a 100.000 habitantes para a população total, serão classificados como municípios urbanos. (BLUME, 2004, p.123).

Para caracterizar a dinâmica produtiva municipal, foi utilizada uma série histórica que identifica a variação da participação dos setores produtivos no período entre 1985 e 2005. Nesse sentido, o município foi considerado como Produtor ou Consumidor.

Procurando identificar a tendência evidenciada em muitos trabalhos sobre a nova ruralidade, que emerge especialmente na Europa, a série histórica evidencia a evolução do setor de serviços nos municípios. Se o setor de serviços foi, em média, o componente principal do VAB municipal, para o período analisado (1997 – 2005) – acima de 50% de participação no período – ou se o setor de serviços obteve um aumento igual ou maior à média estadual de variação deste setor para o estado gaúcho, o município foi classificado como Consumidor. Ou seja, o setor produtivo está apresentando tendência a caracterizar uma relação direta com o consumidor, sem evidenciar uma

produção que serve como elo dentro de uma cadeia produtiva, como o caso dos alimentos, por exemplo⁹. O corte diferenciado em relação à média estadual, e não em relação ao setor que apresentou a maior variação no período, procura identificar exatamente essa nova reestruturação produtiva.

O município que apresenta a variação percentual média mais significativa em termos de setor agropecuário ou industrial foi considerado como Produtor. Isso indica que todos os municípios considerados Produtores têm o VAB mais significativo associado aos setores “tradicionais”, não apresentando crescimento na participação do setor de serviços, que caracteriza um município Consumidor. Os dados componentes da série histórica utilizada para cada município (1997 até 2005) foram obtidos por meio do aplicativo FEEDADOS¹⁰. Para as informações não disponíveis, referentes aos municípios gaúchos emancipados, foram utilizados os valores/média referentes ao município-mãe.

Sendo assim, quanto à ruralidade, os municípios são identificados como Rural Produtor, Rural Consumidor, Urbano Produtor ou Urbano Consumidor.

Em relação à pobreza, foram identificadas variáveis capazes de indicar a influência da estrutura municipal para a o aumento/redução das liberdades instrumentais de cada agente social.

Cabe considerar que a classificação das liberdades sugeridas por Amartya Sen procura evidenciar um método que permita a comparação entre diversas situações, inclusive das distintas realidades mundiais. Nesse sentido, com relação à liberdade instrumental, “liberdades políticas” não foi identificada nenhuma variável de distinção municipal. Todos os municípios brasileiros, não apenas os gaúchos, estão submetidos às mesmas condições constitucionais de garantia da liberdade de expressão e de procedimentos eleitorais.

⁹ Certamente não é ignorado, neste trabalho, o esforço que vem sendo realizado por alguns grupos de produtores rurais, no sentido de reduzir ou eliminar elos da cadeia produtiva e buscar um relacionamento direto com os consumidores. Entretanto, não se pode negar que a grande maioria da produção agropecuária destina-se, ainda, à distribuição de matéria-prima para a cadeia agroindustrial, que serve como intermediária entre o produtor e o consumidor final.

¹⁰ Disponível na rede mundial de computadores via http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/cad_usu_externo.asp.

Da mesma forma, é possível perceber as liberdades “garantias de transparência” e “segurança protetora” em termos de estado. Ainda que o Brasil possa apresentar, em alguma medida, uma cultura política diferenciada entre os estados, no Rio Grande do Sul não foram evidenciados indicadores capazes de distinguir as situações municipais entre si.

Quanto às “facilidades econômicas”, a análise foi realizada a partir do que é identificado como Renda Municipal per capita anual. Essa variável apresentou, em termos monetários para o ano de 2006 (R\$), de acordo com a prestação de contas do município para o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, quanto cada município teria disponível para investir em cada morador. Esse resultado foi obtido a partir do valor da receita arrecadada (em 2006), dividido pela população total (em 2006). Dessa forma, se o município apresentou renda municipal per capita maior ou igual àquela apresentada pela média estadual, a mesma foi considerada Satisfatória. Os municípios que apresentaram uma renda menor do que a renda média municipal per capita para o estado gaúcho foram considerados de renda municipal Insatisfatória.

Ainda considerando a discussão sobre a pobreza, as oportunidades sociais foram identificadas a partir das informações obtidas nos municípios gaúchos para duas áreas sugeridas pelo próprio Sen: Saúde e Educação. Para a saúde, foi utilizada a variação da quantidade de hospitais existentes no município, e para a educação a variação na quantidade de estabelecimentos de ensino fundamental, nos últimos cinco anos, a partir do dado mais recente disponível na base de dados do aplicativo FEEDADOS (Saúde – quantidade de hospitais existentes no município, vinculados ao Sistema Único de Saúde – de 1997 até 2003; Educação – quantidade total de estabelecimentos de ensino fundamental existentes no município – de 2001 até 2006).

O objetivo foi identificar, em termos municipais, o aumento ou a redução das oportunidades de atendimento à população, nesses dois tipos de estabelecimentos extremamente importantes para a manutenção das oportunidades sociais.

Os municípios foram, então, classificados a partir da soma algébrica da variação do período para as duas informações. O dado gerado classificou cada um dos municípios em:

. Município com tendência desfavorável para o desenvolvimento das oportunidades sociais – aqueles em que a variação total das informações foi menor do que 0% – redução das oportunidades sociais.

. Município com tendência estável para o desenvolvimento das oportunidades sociais – aqueles que apresentaram variação total igual a 0% – sem variação das oportunidades sociais consideradas.

. Município com tendência favorável para o desenvolvimento das oportunidades sociais – aqueles em que a variação total das informações foi maior do que 0% – aumento das oportunidades sociais.

O Quadro abaixo apresenta as possibilidades de classificação dos municípios em relação à pobreza.

Quadro 01 – Possibilidade de classificação municipal

| | | |
|--------------------------------|--|--|
| Renda Municipal Satisfatória | Tendência Favorável Aumento das oportunidades sociais – Saúde e Educação – no município | Não pobre Não evidencia carência nas variáveis analisadas |
| | Tendência Estável Sem modificação das oportunidades sociais – Saúde e Educação – no município | Não pobre Não evidencia carência nas variáveis analisadas |
| | Tendência Desfavorável Redução das oportunidades sociais – Saúde e Educação – no município | Pobre Evidencia carência em alguma das variáveis analisadas |
| Renda Municipal Insatisfatória | Tendência Favorável Aumento das oportunidades sociais – Saúde e Educação – no município | Pobre Evidencia carência em alguma das variáveis analisadas |
| | Tendência Estável Sem modificação das oportunidades sociais – Saúde e Educação – no município | Pobre Evidencia carência em alguma das variáveis analisadas |
| | Tendência Desfavorável Redução das oportunidades sociais – Saúde e Educação no município | Pobre Evidencia carência em alguma das variáveis analisadas |

Fonte: Elaborada pelos autores.

A partir da proposta utilizada o rural fica desvinculado, metodologicamente, de situações de exclusiva carência ou de exclusiva

associação às atividades agrícolas. Ele é identificado a partir do relacionamento com a ocupação do espaço e o tipo de atividade econômica desenvolvida e a pobreza busca evidenciar outras formas de carência, além da renda.

VISÃO GERAL DO RESULTADO OBTIDO

A análise da classificação dos municípios gaúchos, de maneira geral, em relação à tipologia sugerida (rural/urbano, consumidor/produtor), demonstra que 84,58% dos municípios (420) foram identificados como rurais, a partir do critério de relação com a paisagem. Constata-se, nesse item, uma inversão da situação descrita pela sistemática atual de classificação/separação entre rural e urbano (para as quais já se alertou sobre os problemas considerados).

Em relação à dinâmica produtiva, pode-se perceber que o Estado, de maneira geral apresenta-se como Consumidor. Sessenta e três, ou seja, dos municípios considerados rurais, mais da metade (59,29%) identificaram tendência em relação à dinâmica econômica que considera o município como Consumidor.

Em termos percentuais, a dinâmica de município Consumidor está mais presente nos municípios identificados como Urbanos (89,47% dos 76 municípios identificados como urbanos).

A média da participação do VAB dos Serviços no Rio grande do Sul, para o período analisado (1997–2005) foi de 53,70%, com uma variação média da participação dos serviços no referido índice de 3,34% para o período. Dessa forma, os municípios considerados consumidores, ou apresentaram a participação dos serviços no VAB como a mais significativa entre os três setores produtivos (agropecuário, industrial ou serviços), ou apresentaram uma média de variação da participação dos serviços, no período, superior ou igual a do Rio Grande do Sul.

Com relação à situação de pobreza, observou-se, de maneira geral, que 64,92% dos municípios (322) foram considerados pobres (ou possuem renda municipal per capita abaixo da média estadual ou possuem tendência desfavorável quanto à evolução histórica das oportunidades sociais relacionadas a condições de saúde e educação).

Quadro 02 – Municípios gaúchos de acordo com a classificação sugerida

| Tipo RS | | Dinâmica RS | | Dinâmica no Tipo | Pobreza RS | | | Pobreza na Dinâmica | Pobreza no T | | |
|---------------------|--------|-------------|---------|------------------|------------|-----|---------|---------------------|--------------|---------|-----|
| Rural | 420 | Produtor | 171 | 40, 71% | Não pobre | 65 | 13, 10% | 38, 01% | 146 | 34, 76% | Nã |
| | | | 34, 48% | | Pobre | 106 | 21, 37% | | | | |
| | 84,68% | Consumidor | 249 | 59, 29% | Não pobre | 81 | 16, 33% | 32, 53% | 274 | 65, 24% | Pob |
| | | | 50, 20% | | Pobre | 168 | 33, 87% | | | | |
| Urbano | 76 | Produtor | 8 | 10, 53% | Não pobre | 2 | 0, 40% | 25, 00% | 28 | 36, 84% | Nã |
| | | | 1, 61% | | Pobre | 6 | 1, 21% | | | | |
| | 15,32% | Consumidor | 68 | 89, 47% | Não pobre | 26 | 5, 24% | 38, 24% | 48 | 63, 16% | Pob |
| | | | 13, 71% | | Pobre | 42 | 8, 47% | | | | |
| Totais Gerais no RS | | Produtor | 179 | 36, 09% | Não pobre | 174 | 35, 08% | | | | |
| | | Consumidor | 317 | 63, 91% | Pobre | 322 | 64, 92% | | | | |

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quadro 03 – Relação entre dinâmica produtiva e situação de pobreza – quantidade e percentual de municípios classificados no critério

| Critério | Produtor | | Consumidor | |
|-----------|----------|---------|------------|--------|
| | Pobre | 11 2 | 62,57% | 194 |
| Não-Pobre | 67 | 37,43% | 107 | 38,80% |
| Total | 17 9 | - | 317 | - |

Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise geral em relação ao critério de pobreza sugerido e as dinâmicas econômicas identificadas apresentam uma situação que não se diferencia, em termos percentuais. Tanto no conjunto de municípios considerado Produtor como naquele considerado Consumidor, a pobreza atinge mais de 60% dos municípios. Essa situação apresenta-se, também, na análise referente ao tipo de município. Nesse sentido, conforme já foi discutido na seção anterior, é preciso dissociar a noção de pobreza e carência, seja de recursos monetários ou em relação aos demais aspectos evidenciados, exclusivamente ao ambiente rural.

A análise mais detalhada das condições identificadas como de pobreza nos municípios gaúchos indica que 51,41% apresentaram redução do número de hospitais ou de escolas. Em relação à renda municipal, pode-se perceber que 74,19% dos municípios apresentaram renda satisfatória em relação à renda estadual identificada (R\$ 996,62). Nesse sentido, observa-se, uma vez mais, que apenas uma componente de renda pode não ser a variável mais distintiva, em relação às características municipais, para a análise da situação do processo de desenvolvimento municipal.

Quadro 04 – Municípios de acordo com a classificação dos identificadores de pobreza

| Renda Municipal | Quant. Mun. / % | Oportunidades Sociais | Quant. Mun. | No RS | No grupo de renda |
|-----------------|-----------------|------------------------|-------------|--------|-------------------|
| Satisfatória | 368 | Estável | 76 | 15,32% | 20,65% |
| | 74,19% | Tendência Desfavorável | 194 | 39,11% | 52,72% |
| | | Tendência Favorável | 98 | 19,76% | 26,63% |
| Insatisfatória | 128 | Estável | 13 | 2,62% | 10,16% |
| | 25,81% | Tendência Desfavorável | 61 | 12,30% | 47,66% |
| | | Tendência Favorável | 54 | 10,89% | 42,19% |
| Geral no RS | | Estável | 89 | 17,94% | |
| | | Tendência Desfavorável | 255 | 51,41% | |
| | | Tendência Favorável | 152 | 30,65% | |

Fonte: Elaborado pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de estudar ruralidade e pobreza, a partir da Abordagem das Capacitações, desde o princípio deste trabalho, representou um grande desafio. A insatisfação em relação aos conceitos associados e recorrentemente utilizados na literatura para definir pobreza rural, bem como o discurso empregado por diversos órgãos de fomento e por muitos governos sobre a possível superação da pobreza a partir de políticas de renda foram, sem dúvida, os motivadores deste estudo. Entretanto, ainda que se possa considerar que a análise tenha permitido algum avanço em relação a uma noção mais complexa e multidimensional em relação ao estudo das situações de pobreza no ambiente rural, evidentemente, muito mais pode ser desenvolvido. A discussão aqui exposta ainda carece da consolidação de um arcabouço metodológico com ferramentas desenvolvidas especificamente para a realização dessa necessária abordagem.

O que se evidencia, especialmente devido à complexidade dos resultados obtidos através da análise dos dados, é que a relação entre a ruralidade – em termos de relacionamento demográfico com a paisagem – a pobreza – como carência – nos municípios gaúchos, apresentam distintas relações e, por isso, necessitam ir além das formas homogêneas de intervenção. Certamente existem diversos aspectos que podem ser, ainda, evidenciados, a partir de uma base de dados tão extensa. Entretanto, uma das observações mais importantes a ser destacada é que não há uma forma única de intervenção capaz de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos gaúchos, pois é preciso identificar os fatores que estão presentes na situação que se pretende transformar para depois sugerir formas de atuação.

Um aspecto especialmente relevante nesta análise é o que apresenta o estado gaúcho como um local onde a pobreza rural está estruturalmente presente. Em termos de ruralidade, o Rio Grande do Sul é um estado onde a relação com a paisagem se caracteriza pela não existência de grandes aglomerados urbanos. Há predominância de elementos específicos de paisagem não-humana, sejam transformadas (como nos casos das plantações) ou nativas.

Em relação à pobreza, foi possível evidenciar a situação, tanto monetariamente como em relação ao aumento/redução das condições municipais, relacionada a dois aspectos pontuais: um, de educação e outro, de saúde. Ainda que se possa reconhecer que esses aspectos

apresentam diversas limitações, eles conseguem não se centrar exclusivamente no aspecto monetário. Mesmo em termos municipais, como foi o caso da análise realizada, pode-se perceber que diversos foram aqueles considerados pobres pela redução das oportunidades sociais e não apenas pela linha de possibilidade de gasto per capita municipal.

Evidenciada a diversidade de situações demonstrada no resultado, além de um aumento na própria dificuldade em relação à análise, é possível perceber a necessidade de direcionamento específico em relação às demandas capazes de superar as carências municipais e melhorar a vida dos cidadãos.

Por fim, convém considerar que essa foi apenas a tentativa de mais um “passo” em relação à necessidade de compreensão das configurações sociais a partir de um “novo olhar” que, em muitos momentos, ainda não se desprende totalmente da forma “antiga” de perceber a realidade cartesiana. O próprio Sen deixou esse estudo para aqueles que simpatizam com sua forma de pensar e desconfiam da limitação das análises existentes até então. Entretanto, essa não é certamente uma tarefa fácil.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Texto IPEA. Texto para discussão n° 702. Rio de Janeiro, 2000.

Atlas do desenvolvimento humano. Disponível em: <<http://www.fpj.mg.gov.br>>.

BANCO MUNDIAL. *Rural Poverty Alleviation in Brazil: Towards an Integrated Strategy*. Document of the World Bank, December 27, 2001.

BLUME, Roni. *Território e ruralidade: a desmitificação do fim do rural*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2004.

CAMACHO R. Carmem. Aportes de la política social a la superación de la pobreza rural. *Perspectivas rurales: Pobreza rural en América Latina*. Heredia/Costa Rica: Universidad Nacional da Costa Rica. Ano 4. N°1. 2000. P. 24 – 42.

ELLIS, Frank. *Rural Livelihoods and Diversity in Developing Countries*. Oxford University Press. 2000.

FEE. *Comentários acerca dos números finais do PIB 2009 – RS e demais unidades da federação*. Porto Alegre, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/pib/estado/pib-2009-rs-uf-brasil.pdf>>. Acesso em 28 set. 2012.

IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais: Perfil dos Municípios Brasileiros – Meio Ambiente 2002. Rio de Janeiro: 2005.

MARSDEN, Terry. Restructuring Rurality: From Order to Disorder in Agrarian political Economy. *Sociologia Ruralis* 1989, Vol. XXIX. P. 312–317.

MÉNDEZ, Jesús. Reformas rurales y su impacto sobre la producción y la pobreza en Honduras, México y Nicaragua. *Perspectivas rurales: Pobreza rural en América Latina*. Heredia/Costa Rica: Universidad Nacional da Costa Rica. Ano 4. N°1. 2000. P. 43 – 62.

OCDE. *Territorial indicators of employment*. Paris: OCDE. 1996.

PÉREZ E., Laura. La pobreza rural analizada com enfoque de género. *Perspectivas rurales: Pobreza rural en América Latina*. Heredia/Costa Rica: Universidad Nacional da Costa Rica. Ano 4. N°1. 2000. P. 86 – 120.

PESSANHA, Lavínia Davis. A pobreza rural na América Latina. *Perspectivas rurales: Pobreza rural en América Latina*. Heredia/Costa Rica: Universidad Nacional da Costa Rica. Ano 4. N°1. 2000. P. 07– 23.

ROMÃO, Maurício C. *Pobreza: Conceito e Mensuração*. Cadernos de Economia n° 13. IPEA. Brasília. Fevereiro/2003.

SATTERTHWAITE, David. *Artigo: Pobreza rural e urbana: entenda as diferenças*. Disponível em:

<<http://usinfo.state.gov/journals/ites/0901/jjep/ie090110.htm>>.

Acesso em: 12 ago. 2005.

SCHNEIDER, Sérgio; WAQUIL, Paulo. *Crítica Metodológica e Tipologia dos Municípios Gaúchos com Base em Indicadores Sócio-Econômicos*. Porto Alegre, 2000. Mimeo (a).

_____. Identificação e caracterização da pobreza rural no Rio Grande do Sul: a metodologia da FEE. *Perspectivas rurales: Pobreza rural en América Latina*. Heredia/Costa Rica: Universidad Nacional da Costa Rica. Ano 4. N°1. 2000. P. 147-157 (b).

SEN, Amartya. *Choice, Welfare and Measurement*. London:Harvard University Press. 1997.

_____. *Commodities and Capabilities*. Great Britain: Oxford United Press. 1985.

_____. O desenvolvimento como expansão das capacitações. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n 28. São Paulo: CEDEC, 1993.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

_____. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record. 2001.

_____. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.

_____. *Pobreza e fomes: um ensaio sobre direitos e privações*. Lisboa: Terramar. 1999.

VEIGA, José Eli. *Destinos da ruralidade no processo de globalização*. Estudos Avançados, n° 52. Maio-agosto/2004. FEA/SP.

----- . *A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000 (a).

----- . *Pobreza rural, distribuição da riqueza e crescimento: a experiência brasileira*. In: Teófilo, E. (et al). *Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico*. Brasília, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2000 (b). P. 173–200.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Submetido em 07/03/2014

Aprovado em 19/11/2015

Sobre os Autores

Daniela Dias Kühn

Economista. Mestre e Doutora em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Professora Adjunta do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora do Programa de Pós Graduação em Economia e Desenvolvimento (PPGE&D/UFSM).

Endereço: Rua Dalila Tonetto Behr, 592. 97110-807 – Santa Maria – RS – Brasil.

E-mail: daniela.kuhn@ufsm.br

Paulo Dabdab Waquil

Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Endereço: Rua Eça de Queiroz, 682/301. 90670-020 – Porto Alegre – RS – Brasil.

E-mail: waquil@ufrgs.br